

“NÃO DEVEMOS ADOTAR INDIFERENTEMENTE QUALQUER LIVRO DE LEITURA”: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE LIVROS PARA A ESCOLA PRIMÁRIA PAULISTA

“We should not randomly choose a Reading Book”: A study on the selection process for books destined to primary school in the state of São Paulo

Heloísa Helena Pimenta Rocha*

RESUMO

O padrão de livro a ser oferecido ao público escolar, em seus primeiros anos de escolarização, foi alvo de preocupações por parte das autoridades educacionais do estado de São Paulo, nas décadas iniciais do século XX. Entre outras atribuições, essas autoridades chamaram a si a responsabilidade pela definição dos requisitos a que deveriam obedecer os livros escolares e, em particular, aqueles que se destinavam às práticas de leitura. Este artigo detém-se sobre alguns dos debates em torno da seleção dos livros de leitura destinados às crianças das escolas paulistas, procurando flagrar os critérios que orientaram os membros das comissões nomeadas pelo estado, na análise e recomendação dos livros. Toma como fontes relatórios produzidos por essas comissões e por inspetores escolares, buscando apreender os aspectos em pauta na definição de tais critérios, bem como as representações em relação à leitura e ao livro de leitura, que perpassam as posições assumidas pelos educadores envolvidos nessa tarefa.

Palavras-chave: História da educação, Cultura escolar, Livros escolares, Leitura

ABSTRACT

The type of book that should be offered to the school audience in their first school years was a matter of concern for the educational authorities from the state of São Paulo in the first decades of the 20th century. Among other tasks, these authorities assigned to themselves the responsibility for the definition of the requirements the school textbooks should meet, mainly the ones dedicated to the reading practices. This paper focuses on some of the debates about the choice of reading books for primary school children, trying to capture the criteria which guide the members of the committees chosen by the State in the analysis and recommendation of the books. In order to do so, this paper uses as sources the reports produced by these committees and by school inspectors, trying to grasp the existing aspects for the definition of such criteria, as well as representations in relation to reading and to the reading book, which underlie the positions taken by educators involved in this task.

Keywords: History of education, school culture, school textbooks, reading

* Professora na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Editora da Revista Brasileira de História da Educação (2011-2013). Pesquisadora associada do Centro de Investigación MANES (UNED/Madri). Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP, com pós-doutorado na Universidad de Buenos Aires. E-mail: heloisah@unicamp.br

Ensinar a ler de forma fluente, assegurando que o leitor em formação se apropriasse dos conhecimentos, valores e pautas de comportamento contidos nas lições e exercícios escolares, configurou-se em um dos objetivos que orientaram a seleção de livros de leitura destinados às crianças que frequentavam as escolas primárias paulistas, nas primeiras décadas do século XX. O padrão de livro que deveria ser oferecido ao público escolar, em seus primeiros anos de escolarização, foi alvo de um intenso debate, no âmbito do qual se procurou definir os critérios segundo os quais deveriam ser avaliados, entre outros, os livros que se destinavam às práticas de leitura.¹

Concebidos segundo os propósitos de desenvolver a agilidade e desenvoltura na leitura, como também de oferecer à criança modelos de conduta, e organizados em torno de temas diversos, que recobriam a moral, as noções de ciências, os hábitos de higiene e os cuidados com o corpo, os livros de leitura suplementar também foram objeto de avaliação das comissões instituídas pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo.² O trabalho dessas comissões, que se voltou para o exame das séries graduadas de leitura, dos livros de leitura fundamental e suplementar, além de compêndios e de manuais destinados aos professores, pautou-se em um questionário orientado, no caso dos livros destinados ao ensino da leitura, segundo a indagação: “o que é um bom livro de leitura?”. Indagação cuja resposta se traduziu em um conjunto de critérios que incluíam, entre outros, os objetivos a que visava o livro, a propriedade dos assuntos que abordava, a linguagem adotada e a “didaticidade”.

Neste artigo, apresentam-se resultados de uma investigação que tem como objetivo o levantamento, catalogação e análise de manuais escolares por meio dos quais se procurou difundir os preceitos higiênicos entre os alunos das escolas primárias paulistas.³ No conjunto das indagações que a pesquisa vem suscitando, este artigo incide sobre alguns dos debates que presidiram a seleção dos livros escolares. Procura flagrar, de modo mais específico, os critérios que orientaram os membros das comissões nomeadas pelo estado, nas duas primeiras décadas do século XX, na análise e recomendação dos livros que deveriam ser adotados nas escolas primárias, com destaque para os livros de leitura, os quais se constituíram, no período, como veículo de difusão de um conjunto variado de temáticas, entre as quais se incluíam as noções de higiene. Tomando como fontes

¹ Sobre as questões envolvidas na produção, difusão e seleção dos livros de leitura destinados aos alunos das escolas primárias, em diferentes contextos, conferir, entre outros, CHARTIER (1995); PERES, TAMBARA (2003); AMÂNCIO (2008); BATISTA, GALVÃO (2009).

² É possível supor que os denominados livros de leitura suplementar se aproximem, em alguns aspectos, dos “livros de leitura recreativa” que compõem o acervo do Ceale, examinados por Batista e Galvão. Livros esses que, segundo explicitam os autores, “se propõem antes a entreter e formar o caráter pela leitura e a permitir o ensino da leitura ou o desenvolvimento da leitura corrente”. Considerando, entretanto, que os livros de leitura suplementar não se voltavam para o objetivo de recrear de que se revestiam os “livros de leitura recreativa”, é legítimo pensar que eles se organizavam segundo o “modelo formativo” de livro de leitura proposto pelos autores – “livros marcadamente voltados para a transmissão de valores e atentos a características de um público pensado como detentor de especificidades – a infantil”. BATISTA, GALVÃO (2009, p. 87 e 94).

³ Trata-se do programa de investigação intitulado *Biblioteca de Higiene para as crianças e seus mestres: produção, circulação e usos de manuais escolares* financiado pelo CNPq.

relatórios dessas comissões e de alguns inspetores escolares, publicados nos *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo*, publicação oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública, procura-se apreender os aspectos em pauta na definição de tais critérios, bem como as representações em relação à leitura e ao livro, que perpassam as posições assumidas pelos educadores envolvidos nessa tarefa.

“A escolha dos livros a adoptar é questão que affecta o progresso do ensino”

Compilando os assuntos tratados pelos inspetores escolares, nos relatórios apresentados ao secretário do Interior, em 1907, o inspetor geral do Ensino, João Lourenço Rodrigues, põe em cena algumas das insatisfações registradas por esses profissionais no que se refere às condições das escolas localizadas em diferentes regiões do estado. Entre os problemas apontados, figura o material didático, com destaque para os livros em uso nas escolas paulistas. Conforme registra Rodrigues, tal questão ocupara a atenção do inspetor Domingos de Paula e Silva, que sublinhava em suas anotações o péssimo aspecto das escolas isoladas, o qual podia ser observado tanto em suas precárias instalações, como na carência dos materiais escolares.

O estado de precariedade dessas instituições também encontrou registro na pena do inspetor Antonio Morato de Carvalho, que sublinhava a inadequação das instalações: “velhos casebres” que exibiam “o mais desagradavel aspecto” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907-1908, p. 399), produzindo nas crianças o tédio e, nos professores, o desânimo. A isso, somavam-se, segundo Carvalho, as péssimas condições do mobiliário e a inexistência de livros escolares, na maior parte das escolas isoladas inspecionadas, além da falta de unidade de métodos e processos de ensino.

Semelhantes observações são extraídas do relatório do inspetor José Carneiro da Silva, que destacava, em relação aos livros escolares, aspectos ligados ao seu uso e aos critérios que deveriam orientar a sua escolha. Segundo assinala Rodrigues, as ponderações de Silva referiam-se ao “uso dos máos livros, ou ao mau uso dos bons livros” e chamavam a atenção para “os grandes inconvenientes que disso podem resultar, e que se dão, com maiores prejuízos, no ensino da leitura e da lingua materna” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907-1908, p. 402). Em suas conclusões, o inspetor indicava a necessidade de revisão periódica das obras didáticas, recomendando, para tanto, a realização de concursos anuais, medida que, segundo acreditava, poderia favorecer o “augmento, selecção e superioridade de nossa bibliotheca escolar” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907-1908, p. 402).

Tais questões não foram objeto de preocupação apenas dos inspetores escolares, em sua itinerância pelas escolas paulistas, mas se impuseram à atenção do inspetor geral, que não apenas registrou as impressões dos inspetores em seu relatório. Atento à gravidade do problema, nomeou, naquele mesmo ano, uma comissão encarregada de rever a lista das obras adotadas no curso preliminar. Composta pelos professores Carlos Alberto Gomes Cardim, Theodoro Rodrigues de Moraes e Miguel Carneiro Junior, a comissão dedicou-se ao exame dos livros, mapas, cadernos e demais materiais de ensino, incidindo a análise

dos livros, especificamente, sobre os livros de leitura, além dos compêndios e dos manuais que serviam de guia aos professores no ensino das diversas disciplinas.⁴

Procurando orientar a escolha dos livros de leitura – únicos que, em seu parecer, deveriam ser oferecidos aos alunos –, os membros da comissão advertiam para os problemas advindos do uso dos considerados “maus livros”. Segundo alertavam, tais livros prejudicavam a regular aquisição dos conhecimentos e o desenvolvimento intelectual da criança, além de imprimirem à inteligência uma direção inconveniente, comprometendo, por essa via, tanto os estudos futuros como a formação do espírito. Esses problemas tornavam-se ainda mais graves quando se tratava do ensino daquela que era considerada pela comissão como a mais importante disciplina do programa da escola primária: a linguagem. As representações sobre os “maus livros” de leitura, partilhadas pelos educadores que compunham a comissão, alicerçavam-se sobre o pressuposto de que a escolha dos livros escolares guardava uma relação intrínseca com a marcha do ensino, podendo favorecê-la ou, ao contrário, prejudicá-la e, o que era ainda mais grave, sendo capaz de comprometer o próprio desenvolvimento infantil.

Na classificação estabelecida, a comissão adotou como critério o que denominou de “valor didático” de cada obra “demonstrado pela prática e experiência em nossas escolas” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907-1908, p. 384). Embora não se disponha de informações que permitam compreender com base em que evidências a comissão orientou os seus trabalhos, visando a aquilatar o lugar de cada livro nas práticas escolares, parece significativo atentar para esse critério, que toma os trabalhos desenvolvidos na escola como elemento fundamental na decisão sobre a escolha dos livros. Nessa direção, operando pela comparação entre os livros, os membros da comissão intentaram chegar a uma classificação que não tolhesse a “espontaneidade” e a “liberdade” dos professores, de modo a permitir que aspectos como o nível de desenvolvimento dos alunos, o meio em que a escola funcionava e a própria aptidão do professor operassem como parâmetros na escolha dos livros. Ademais, não se furtaram à indicação da necessidade de uma revisão periódica da classificação, por meio de concursos anuais, tal como sugerido no relatório do inspetor José Carneiro da Silva. Se tais concursos se instituíram ou não, é uma questão para a qual não se tem resposta, entretanto, vale observar que a preocupação com a qualidade dos livros escolares e, de modo particular, dos livros de leitura, se manteria uma constante na agenda dos educadores paulistas, no período examinado.

⁴ A diversidade de gêneros incluídos nas análises da comissão não se constitui em uma questão menor, na medida em que sinaliza para a heterogeneidade dos textos que circulavam na escola e para a própria complexidade do conceito de “livro didático”, a qual deve se constituir em um interrogante para as pesquisas que se debruçam sobre esse objeto. Como alertam Batista e Galvão (2009, p. 28), é preciso considerar, dentre outros aspectos, que “os livros didáticos nem sempre são livros, mas apresentam-se em diferentes suportes materiais; o texto didático nem sempre se restringe ao texto explicitamente elaborado e reproduzido tendo em vista um destino escolar; tampouco o texto didático é uniforme na maneira como se articula com o trabalho de ensino e com a formação que pretende auxiliar (...)”.

“Não há leitura onde não há aquisição de idéias úteis”

Em 1913, o diretor geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, apresenta ao secretário do Interior o relatório anual das atividades desenvolvidas pelo órgão sob sua responsabilidade, ao qual anexa excertos dos relatórios dos inspetores escolares, versando sobre os mais diversos aspectos ligados ao funcionamento das escolas e ao desenvolvimento do trabalho docente. Do relatório do inspetor João B. China, o diretor destaca a apreensão daquele profissional em relação aos livros de leitura em uso nas escolas paulistas, recolocando em pauta algumas das questões que haviam mobilizado as autoridades educacionais, alguns anos antes, e que justificaram a nomeação da comissão que avaliou os livros e outros materiais escolares, em 1907. Segundo apontava o inspetor, o problema não vinha sendo encarado com a devida seriedade, o que podia ser evidenciado quando se observava que os livros adotados para o ensino da leitura, fossem eles escritos por professores paulistas, literatos brasileiros ou escritores portugueses, não satisfaziam às mínimas exigências que se impunham a uma obra desse gênero.

Um grave defeito de que se ressentiam os livros podia ser observado, segundo o inspetor, quando se examinavam os contos e historietas que punham em circulação, cujos temas, remetendo aos “maus exemplos”, às “peraltices” e às atitudes reprováveis, exerciam, segundo acreditava, uma ação perniciosa sobre a “formação do caráter da infância”. Em relação a esse aspecto, alertava o inspetor: “bom número de livros encerram lições que deveriam ser completamente afastadas do conhecimento das crianças, porque lhes apresentam maus exemplos” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913, p. CXVI).

A esse defeito, somavam-se a inadequação da linguagem e o desrespeito à “inteligência infantil”. Do ponto de vista da linguagem, o inspetor defendia que a escolha dos livros deveria levar em conta a simplicidade, a naturalidade, a singeleza e a puerilidade. Acrescentavam-se a esses requisitos as exigências de adequação à idade e ao nível de conhecimento dos pequenos, cabendo ao professor cercar-se, quanto a esse aspecto, do cuidado de examinar um conjunto significativo de livros do mesmo gênero, evitando enganos como o de adotar livros que estivessem “acima do espirito ou do alcance do conhecimento de seus discipulos” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913, p. CXVII). Alertando para os aspectos que deveriam ser observados na seleção dos livros, sintetizava o inspetor João China:

É bom notar-se que há livros de leitura excellentes pelo plano, mas claudicantes na execução pelo estylo inacessível á compreensão infantil, assim como, pelo contrario, há outros onde tudo é contado com muita simplicidade, com muito bom gosto e com linguagem adequada á idade dos alumnos, mas só tratam assumptos vulgares e banaes que nada ou quase nada ensinam, quando não é o caso de apresentarem exemplos de peraltices e descomedimentos reprováveis. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913, p. CXVII)

Adotando como critérios os objetivos a que visavam e os assuntos de que tratavam, o inspetor estabelece uma classificação dos livros de leitura em três categorias. À primeira, pertenciam os livros que buscavam oferecer ensinamentos morais e cívicos, por meio de pequenas histórias infantis; na segunda, estariam aqueles que visavam a municiar a criança de conhecimentos gerais, reunindo, para tanto, “lições de coisas, noções de ciências, história, indústria e arte” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913). Por fim, a terceira categoria abarcava obras que versavam sobre assuntos variados, os quais eram tratados também nos livros dos outros dois gêneros, dos quais eles se distinguiam pelo fato de que as temáticas eram abordadas em lições organizadas com o propósito de subsidiar o exercício mecânico da leitura, lançando mão, para tanto, de histórias de tom jocoso. Segundo a classificação estabelecida pelo inspetor, enquanto os livros da primeira categoria destinavam-se à leitura expressiva ou corrente, os da segunda eram os mais apropriados para a leitura suplementar, modalidade de leitura que se voltava para desenvolver a fluência na leitura e, ao mesmo tempo, incutir nas crianças noções, conhecimentos e valores.

Lamentando a escassez de livros de leitura que se enquadrassem nessas duas categorias, o inspetor denunciava os perigos a que estavam expostas as crianças, com a proliferação das obras enquadradas no terceiro grupo, as quais, visando tão somente ao treino da leitura, não poupavam esforços no sentido de tornar as historietas interessantes e agradáveis aos olhos infantis, dando a elas um tom extremamente jocoso e pueril. Condenando veementemente essa literatura didática e advertindo para o fato de que a puerilidade da linguagem que se exigia dos livros escolares destinados às crianças não se deveria confundir com a puerilidade no tratamento dos assuntos, advertia:

Mas ahí está o erro: - não é o assumpto que deve ser pueril, mas a linguagem. Elevados assumptos cívicos ou moraes podem ser ensinados á infância com a condição de o serem em linguagem simples e com imagens accessíveis á sua intelligencia. O que, porém, não deve ser consentido, o que constitue um crime contra a moral, um desrespeito ao carácter em formação dos pequeninos entes que nos são confiados, é dar-lhes para alimento a suas reflexões, á sua attenção, esses malaventurados contos em que se apresentam exemplos de reprováveis peraltices e maldades, com o fim único de, á imitação dos cinematógraphos, provocar o riso e a alegria ruidosa da criança, olvidando-se os seus autores, entretanto, de que a criança, por sua própria natureza, é dada á imitação. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913, p. CXVIII)

Tal condenação, que assemelhava tais livros ao cinema, no que se refere aos riscos de desregramento moral a ele associados, mostrava-se tanto mais justificável quando se considerava que as lições que advinham desse tipo de obra didática nada tinham de útil. Assim, à indagação sobre o que restaria de leituras dessa natureza na alma infantil, que “noção útil” o aluno havia adquirido, respondia convicto o inspetor: “nada, nada!”. Diante do que, concluía:

Não há leitura onde não há aquisição de idéias úteis.

Uma lição que não ensinou nada útil, embora tenha proporcionado ruidosa gargalhada, não póde merecer consideração de nenhum educador. E, o que dizer-se quando dela resulta o perigo de um acto reprovável? (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913, p. CXVIII)

As ponderações do inspetor justificavam a sua recomendação de que se procedesse a uma seleção rigorosa dos livros de leitura escolar, de modo a impedir o contato das crianças com obras que viessem a corromper-lhes os costumes, lançando em suas almas “os germens de más inclinações ou de maus sentimentos” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913, p. CXVIII). Recomendação tanto mais necessária quando se consideram as representações acerca da infância em circulação no período, marcadas pelo pressuposto do pendor natural da criança à imitação daquilo que se lhe oferecia.

Definindo um “padrão científico” de obra didática

O tema da seleção das obras didáticas, entre as quais se incluíam os livros de leitura, voltaria a ocupar a atenção das autoridades educacionais em 1915, quando João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, respondendo ainda pela Diretoria Geral da Instrução Pública, apresenta ao secretário do Interior a lista das obras aprovadas. Em suas considerações, o diretor ressalta a necessidade de uma legislação mais rigorosa que viesse a regular a aprovação dos livros a serem utilizados nas escolas paulistas; medida essa que redundaria na constituição de uma bibliografia escolar livre de defeitos e “capaz de concorrer em benefício do ensino, sem os perigos, que a facilidade de agora póde ocasionar” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1915, p. XX). Referia-se, neste caso, ao fato de que a avaliação dos livros praticada no estado de São Paulo consistia em um processo extremamente simples, cuja responsabilidade cabia à Secretaria do Interior, mediante um parecer emitido pela Diretoria da Instrução Pública.

Tais preocupações justificaram a nomeação, três anos mais tarde, durante a gestão de Oscar Thompson, de uma comissão encarregada de selecionar, dentre os livros aprovados, aqueles que seriam os mais indicados para uso dos alunos das escolas primárias, além de estabelecer as balizas para a definição de um “padrão científico” que orientasse doravante a elaboração das obras didáticas. Composta pelos educadores Sampaio Dória, Americo de Moura e Plínio Barreto, a comissão adotou como critérios para o exame e classificação dos livros: a linguagem, a propriedade do assunto e a “didaticidade” ou método adotado para a exposição dos conteúdos. Apresentando a orientação dada aos trabalhos, os educadores assim se posicionavam: “sem o intuito de uma classificação científica rigorosa, mas apenas de uma systematização util, reduziremos a tres os requisitos substanciaes de um bom livro didático: a bôa linguagem, a propriedade do assumpto, e o methodo de exposição que o anime” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 143).

Quanto ao primeiro quesito, a comissão considerava fundamental assegurar, nas obras destinadas à infância, as “bôas qualidades da expressão verbal”, defendendo a necessidade de que os autores respeitassem o “estylo didatico”. Para tanto, os três educadores julgavam

necessário zelar pela correção gramatical, de modo a evitar os erros característicos da linguagem oral, os erros de sintaxe e os estrangeirismos. Advogavam também em favor da clareza de expressão no tratamento dos assuntos e da beleza, sendo este último requisito expresso por meio da simplicidade, sobriedade e elegância de estilo. Tal posição apresentava-se, de forma explícita, nas ponderações de Sampaio Dória, que afirmava:

Quanto á linguagem, ninguem contesta que o livro didático precisa de ser claro, antes de tudo, pois que, com a menor obscuridade, falha e aborrece. Por se dirigir a crianças, o livro didático necessita extremar-se em correcção grammatical e vernaculidade nas palavras e nas phrases, para evitar a praga futura dos solecismos e dos estrangeirismos, que desnacionalizam e deturpam o bello idioma de nossos paes. Como germens lançados no cerebro infantil, ainda a linguagem didatica deve aprimorar-se em naturalidade, singeleza, simplicidade, em plena condemnação ao rebuscado, á trivialidade que enfada, á pobreza da meia-lingua que falam as crianças. [...] Em summa, correcta, simples, sobria, clara e elegante cumpre ser a linguagem didatica. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 173-174)

No que se refere aos erros gramaticais e à presença de frases “obscuras e desgraciosas” nos livros destinados às crianças, sentenciava Plínio Barreto ser o erro um direito admissível em todos os escritores, mas intolerável no escritor didático. Entre os requisitos exigidos do autor de obra didática, segundo defendiam os pareceristas, estava a maestria tanto no uso da palavra como no manejo da denominada “sciencia da criança”: “nem só pedagogo, nem só conhecedor da lingua, mas escriptor e psychologo. Associae, num só homem, a mestria da palavra e a posse das leis de evolução mental, e tendes gerado a capacidade de autor pedagógico” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 144). A avaliação das obras didáticas constituía-se, como se pode observar, em espaço de um acirrado debate, no âmbito do qual se punham em cena não apenas os critérios a que deveriam obedecer as obras destinadas às crianças que frequentavam as escolas primárias. No centro do debate sobre os livros que deveriam ser adotados nas práticas escolares, emergiam representações sobre a infância, o desenvolvimento infantil, os autores e suas qualidades. Paralelamente à discussão sobre um padrão de livro para as crianças em formação, ganha relevo, nesse sentido, um conjunto de elementos que configuravam a figura do autor ideal, cujas qualidades incluíam o domínio da psicologia infantil.

Em relação às exigências de propriedade do assunto postuladas pelos membros da comissão, estas se desdobravam em considerações sobre a influência moralizadora do livro, o interesse do assunto e a sua adequação à idade e à capacidade intelectual dos pequenos leitores, princípio cujo desrespeito tornava o livro falho ou mesmo nocivo para a “alma em flôr das crianças” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918). O requisito de propriedade do assunto referia-se, assim, à possibilidade de assegurar a conveniência moral e psíquica dos temas abordados. Por fim, o requisito de didaticidade compreendia o método de exposição adotado pelo autor e as condições higiênicas do impresso, no que se referia à forma e tamanho das letras, cor e qualidade do papel, distâncias entre as linhas, entre outros aspectos recorrentes nas recomendações

aprovadas nos vários congressos de higiene e pedagogia realizados, em diferentes países, entre o final do século XIX e o início do século XX.⁵

É interessante observar que a definição de didaticidade e a sua adoção como critério de avaliação das obras não se mostrou uma questão simples, produzindo ruídos e tensões entre os membros da comissão. Na organização dos trabalhos da comissão, coube a Sampaio Dória a análise dos livros segundo a propriedade dos assuntos; a Plínio Barreto, o exame segundo a linguagem; ficando Americo de Moura encarregado da apreciação dos livros submetidos à avaliação, em função do critério da didaticidade. Em seu parecer preliminar, Americo de Moura manifestou um certo desconforto em relação a tal distribuição de tarefas, proposta por Sampaio Dória (que se responsabilizara também pela definição prévia dos critérios). Registrando as dificuldades com as quais se defrontara na realização do trabalho a seu cargo, Moura pondera que a didaticidade de uma obra não podia ser aquilatada, abstraindo-se de sua forma e de seu conteúdo. Segundo o educador, tal requisito constituía-se em uma soma de relações ou, por outro lado, em um todo, que abarcava: o fundo (os assuntos), a forma (a linguagem), além dos elementos físicos e psíquicos a que deveriam esses aspectos adaptar-se.

A insatisfação de Americo de Moura quanto aos critérios adotados e quanto à responsabilidade que lhe coubera na comissão fica ainda mais visível quando se lê as suas declarações de que ficara sem tarefa definida, impossibilitado de elaborar um parecer sistemático e completo como o que emitiram os seus colegas, uma vez que, em função do atraso dos trabalhos, não lhe restara a possibilidade de acesso aos pareceres formulados por seus pares, com base nos quais pudesse fazer uma análise consistente das obras, sob o ponto de vista da didaticidade. Versão que é posteriormente contestada por Dória, que afirma ser essa uma das etapas do trabalho, a qual seria seguida de um cruzamento das avaliações de cada parecerista, possibilitando a todos uma visão global sobre cada uma das obras em análise.

Em sua resposta a Moura, Dória procurava demarcar o que considerava como equívocos da concepção esboçada por seu companheiro de comissão, reafirmando a compreensão da didaticidade como o método de exposição adotado pelo autor, o qual, segundo acreditava, poderia ser avaliado de forma independente em relação à linguagem e ao assunto. Em novo parecer, Americo de Moura procurava justificar as suas posições, recolocando a indagação sobre o conceito de didaticidade e a possibilidade de aquilatá-la, sem ter em conta os demais critérios. Os pareceres de Americo de Moura e a réplica de Dória permitem uma aproximação de algumas das dificuldades que cercaram os trabalhos das comissões nomeadas pelo estado para a avaliação dos livros escolares, dos limites dos critérios adotados, bem como das negociações com base nas quais se foram produzindo consensos sobre o que era um “bom livro escolar” e, de modo particular, um “bom livro de leitura”.

Assim, visando a tornar mais explícito esse requisito, afirmavam os membros da comissão, no relatório geral apresentado ao secretário do Interior, que a didaticidade “é um conjunto de qualidades que o livro tem de possuir, é a sua adaptação às leis que regem a actividade cerebral do conhecimento” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO

⁵ Sobre essa questão, cf. Rocha (2009).

DE SÃO PAULO, 1918, p. 146). A reflexão sobre tal requisito situava-se, nesse sentido, no âmbito das relações entre a inteligência cognoscente e as realidades que cabe à criança conhecer, demarcando a forte presença do viés psicológico nas discussões sobre a qualidade dos livros escolares, considerada em suas relações com os processos de aquisição do conhecimento por parte das crianças. Segundo ressaltava Dória, esse quesito abarcava tanto a observância das condições higiênicas na composição do livro quanto “a conformidade da exposição do assumpto com as leis que regem a actividade psychica do conhecimento” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 175).

Em suas ponderações, os pareceristas reafirmavam a primazia do método intuitivo de exposição na constituição de um padrão de livro didático, considerado por eles como único método capaz de conduzir a criança do “conhecido para o desconhecido, do velho para o novo, do facil para o difficil” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918). Nesse sentido, alertavam para a necessidade de um cuidado especial, na elaboração dos livros destinados à infância, com as imagens por meio das quais se punha a criança em contato com a realidade ou se evocavam ideias, favorecendo a sua articulação com o novo objeto a ser conhecido. Com base nessas reflexões, sentenciavam os educadores:

todos os livros, verdadeiramente didáticos, começam por não dispensar, tanto quanto possível, as illustrações que substituam, aproximadamente, a presença material das realidades aos sentidos. Depois, filiam o que vão explicar com o que se presume razoavelmente existir na memoria dos seus leitores. Por esta forma, a exposição do assumpto se accomoda ás leis que presidem ao mecanismo da percepção. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 146)

Examinados esses aspectos, os pareceristas concluía pela necessária articulação dos requisitos adotados na constituição de um “padrão de obra didática”:⁶

Em linhas gerais, eis o padrão por onde se devem moldar as obras didáticas. Linguagem progressivamente enriquecida, correcta, clara, sobria e elegante. Assumpto accessivel ao entendimento das crianças, e não menos capaz de lhes concorrer para a formação da mentalidade e do character. Condições typographicas de saude visual e de agrado, methodo da movimentação dos assumptos, segundo as leis que disciplinam o phenomeno do conhecimento. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 147)

Tomados, pois, esses três requisitos como critérios norteadores para a seleção dos livros escolares, as conclusões da comissão em relação às obras avaliadas em muito se aproximavam do diagnóstico do inspetor escolar João China, em 1913, quanto à carência e deficiência das obras didáticas, tanto no que se referia à sua quantidade, quanto no

⁶ É curioso observar o caráter ambíguo assumido pela obra *Coração*, de autoria do italiano Edmundo de Amicis, nas discussões sobre o padrão de obra didática realizadas pela comissão. Ao mesmo tempo em que é tomado como uma obra didática incomparável e modelar, “um admirável padrão” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 158), sua utilização na escola primária paulista é interdita pela comissão revisora dos livros escolares, já que não servia à formação patriótica e nacionalista, sobretudo em um estado onde a presença italiana era tão significativa. Rejeitado pela comissão, o seu formato deveria ser tomado como modelo para o tratamento dos assuntos nacionais, tendo em vista a formação da consciência nacional dos pequenos leitores.

que dizia respeito à sua qualidade. Em suma, segundo avaliavam os pareceristas, as obras didáticas continham “falhas lastimáveis” que os obrigaram a abrandar os critérios de julgamento adotados. Falhos do ponto de vista da linguagem, os livros em circulação nas escolas primárias paulistas eram também condenados pela impropriedade dos temas ou do tratamento a eles conferido, mostrando-se incapazes de despertar, nos pequenos leitores, valores como “o amor à terra, ao ar livre, à cultura dos campos” (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 152), no caso das crianças que frequentavam as escolas rurais, como também de promover o desenvolvimento dos sentidos dos escolares, atentando para as diferenças individuais. Examinando-os quanto à propriedade dos assuntos, assinalava Sampaio Dória:

Ora, procedendo a minucioso estudo sobre esta face dos livros, submetidos ao nosso exame, reconheci, logo com pesar, sensível deficiência de livros aproveitáveis. Aqui, eram historietas tolas, mal compostas e retorcidas; ali, eram narrações despidas de interesse, sem vibração e sem vida. Depois, eram quase todas falhas na intenção educadora, que lhes cumpre. O de que mais se tecem, é de situações fictícias e lances ridículos. Não esclarecem, não moralizam, não concorrem para a formação mental e moral das crianças. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 155)

Deficiência e inadequação destacam-se nos diagnósticos dos especialistas chamados a examinar a literatura didática. Falhos na intenção educadora e moralizadora de que deveriam se revestir, os livros destinados às crianças paulistas em nada concorriam para a formação dos pequenos leitores, segundo avaliavam os educadores. Considerados do ponto de vista da linguagem, sobressaíam os defeitos de redação e de estilo, as incorreções, os vícios de linguagem, a adjetivação excessiva, as “deturpações de sentido” no emprego de vocábulos e expressões, a falta de clareza, o uso de expressões impróprias, o recurso a uma linguagem inadequada a “cérebros infantis” ou a afetação na expressão de sentimentos, resultando em construções consideradas inverossímeis no linguajar das crianças, além de atentatórias ao bom gosto (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918). Do ponto de vista da didaticidade, cabe assinalar que o parecer preliminar apresentado por Americo de Moura incidiu sobre 100 obras, dentre as quais apenas 36 foram aceitas sem restrições, recomendando-se que as demais fossem eliminadas. Considerando as inadequações apresentadas, tais obras poderiam ser agrupadas, segundo o parecerista, em quatro categorias: obras que não se destinavam ao ensino preliminar, as que não se adaptavam a esse nível de ensino, as incompatíveis com o método adotado nas escolas paulistas e aquelas que não se adaptavam aos alunos dessas escolas.

“Apurando o gosto, desenvolvendo a intelligencia e formando o character, na apreciação do bello, da verdade e do bem, através dos livros”

O relatório geral dirigido ao secretário do Interior pela comissão instituída em 1918, com a finalidade de revisar os livros destinados às crianças das escolas primárias paulistas, apresenta uma lista de obras organizadas em seis grupos, que incluíam aquelas

voltadas para a aprendizagem da leitura, os livros de leitura para as quatro séries do ensino primário e os livros destinados às leituras suplementares ou auxiliares. Nas indicações dos livros aprovados para cada série, os pareceristas insistiam na recomendação de que, concluída a leitura desses livros, caberia ao professor escolher, entre os livros de leitura suplementar aprovados, aquele que lhe parecesse mais conveniente para o trabalho com as crianças, respeitando evidentemente o preparo e a capacidade intelectual destas. Entre os “livros aproveitáveis” indicados pela comissão, figuravam livros de leitura intermediária e preparatória; livros de leitura pertencentes às séries graduadas de Puiggari-Barreto, Galhardo e Francisco Vianna; livros de contos e poesias; como também obras que abordavam temas morais e cívicos.

A classificação proposta parece calcar-se nas diretrizes gerais traçadas por Americo de Moura, no contexto dos debates e tensões que acompanharam o trabalho da comissão revisora, em torno do quesito “didaticidade”. Tomando o conjunto das obras submetidas à apreciação, o educador as separa em duas grandes classes que incluíam, por um lado, as cartilhas e livros de leitura corrente e expressiva e, por outro, os livros de leitura suplementar. Em sua classificação, Moura considerava que a leitura escolar abarcava, fundamentalmente, duas dimensões, sendo uma estritamente mecânica e a outra, de ordem educativa. Quanto ao aspecto mecânico, visava a assegurar a aquisição pela criança de habilidades que lhe possibilitassem ler sem esforço, por meio do reconhecimento das formas da linguagem escrita, bem como da correspondente expressão oral; processo esse que deveria ser desenvolvido com base no método intuitivo ou analítico. No que se referia à dimensão educativa, revestida de caráter moral, artístico ou científico-literário, esta tinha em vista a aquisição e comunicação dos conteúdos, das novas ideias e das emoções adquiridas por meio do texto escrito. Tal distinção, tomada como meramente formal, não pressupunha uma cisão das duas dimensões, uma vez que, segundo afirmava o educador, a leitura deveria, desde o início, despertar o interesse da criança e ancorar-se na atividade infantil, cabendo ao professor cuidar para que a sua aquisição fosse acompanhada do desenvolvimento da inteligência, bem como da formação do caráter.

Tomando a leitura como meio de desenvolvimento mental, Moura considerava a importância da leitura suplementar na formação das crianças, recomendando para isso que, diante da impossibilidade de ler por si mesmos vários livros ao longo de um ano, elas deveriam ser estimuladas à leitura de alguma história, um capítulo ou mesmo um parágrafo, um poema ou quadra, desde que se exigisse que dessem provas de que assimilaram o que leram. Na escolha dos livros, o nível de escolarização dos alunos configurava-se em uma das balizas que deveriam guiar o professor. Conforme defendia Moura, a leitura suplementar constituía-se em uma modalidade de leitura que predominaria nos últimos anos do ensino primário, momento em que o aluno já dispunha de meios para um manejo cada vez mais autônomo dos livros, podendo libertar-se progressivamente da tutela da escola e dos professores, em sua relação com o livro. Autonomia relativa, já que regulada pelas escolhas do professor, com base nas indicações das comissões revisoras. Autonomia que, tampouco, poderia ser conquistada, em sua plenitude, quando se considera o curto período recoberto pelo ensino primário. Segundo recomendava o educador,

nos primeiros annos taes leituras não poderão decerto ser de cunho scientifico, mas nos ultimos, em casos especiaes, para revisão de materias aprendidas sem compendio, ou de assumptos lidos em classe não vejo inconveniente em estudarem os alumnos desse modo uma ou outra questão. Será um passo decisivo para a sua emancipação intellectual. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 182)

As preocupações das autoridades de ensino em relação à qualidade dos livros oferecidos à infância não se constituíam em uma questão nova, nem tampouco se esgotariam com o trabalho da comissão instituída pela Diretoria Geral da Instrução Pública, em 1918, sendo objeto de atenção das comissões sucessivamente nomeadas pelo estado. O que as discussões de tais comissões evidencia é que a produção e seleção de livros escolares se configuraram em um investimento que acompanhou a institucionalização da escola. Vale lembrar, com base nas análises de Batista e Galvão (2009), que a produção de manuais escolares, ao longo dos séculos XIX e XX, articula-se à progressiva responsabilização dos Estados Nacionais pela educação da criança, bem como à criação dos sistemas públicos de ensino. Iniciativas essas fundadas na crença iluminista no poder do impresso e em sua capacidade de educar o povo, com vistas à construção de uma identidade nacional. Cabe atentar, assim, para os critérios definidos, em diferentes momentos, para a avaliação dos livros destinados à aprendizagem da leitura, bem como para o próprio papel atribuído à leitura na aquisição de conhecimentos de distintas áreas.

Notas finais

O “valor didático”, a utilidade, a linguagem, a propriedade do assunto e a “didaticidade” ou método de exposição dos conteúdos são alguns dos critérios que orientaram os trabalhos das comissões de avaliação das obras didáticas adotadas no estado de São Paulo, nas décadas iniciais do século XX. Na definição de tais critérios, que incidiram sobre a seleção dos livros de leitura que deveriam ser oferecidos às crianças, em seus primeiros anos de escolarização, observa-se o intento de estabelecer um padrão, com base no qual fosse possível separar os “bons” dos “maus livros”. As representações sobre os livros, que presidem a definição e aplicação de tais critérios, possibilitam uma aproximação daquilo que se considerava como a “boa leitura escolar”: aquela que favorecia a formação do caráter, a aquisição de idéias úteis, o desenvolvimento intelectual e a formação do espírito.

Tais representações são solidárias de representações sobre a infância, que a tomam como matéria plástica e plasmável por meio da ação da escola. Considerada como um ser naturalmente “dado à imitação”, urgia afastar a criança dos maus exemplos, das peraltices e das atitudes reprováveis. Mostrava-se fundamental, ao mesmo tempo, afastá-la do implícito e do mal-entendido que poderiam ser gerados pelo contato com as noções consideradas inadequadas à sua idade e ao seu nível de conhecimento. Para tanto, não se poderia descuidar dos livros postos ao seu alcance no cotidiano das práticas escolares. Compreende-se, nesse sentido, o desafio com o qual se defrontaram as comissões revisoras na avaliação dos livros de leitura, em suas atividades de análise e classificação

dos livros que deveriam ser oferecidos às crianças das escolas primárias. Desafio que não se esgotou nessas iniciativas analisadas, mas tem acompanhado o processo de difusão da escolarização, mantendo-se como uma indagação recorrente na agenda dos educadores. O enfrentamento de tal desafio põe em cena as disputas em torno dos critérios a adotar na definição do “bom livro” e as representações concorrentes sobre o livro, a leitura, a infância e a escola, pois, como lembra Batista, “o livro escolar é um campo por excelência das lutas simbólicas e revela sempre, pelas suas escolhas, um viés, um ponto de vista parcial sobre uma sociedade e com ela comprometido, visando a uma representação mais conforme a determinados interesses, de seu passado, de seu presente, de seu futuro” (2009, p. 66).

Referências

- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908, 1913, 1915, 1918.
- AMÂNCIO, Lazara N. B. *Ensino de leitura e Grupos Escolares*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- BATISTA, Antônio Augusto G. O conceito de “livros didáticos”. In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O. Livros de leitura: uma morfologia. In: _____. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura – 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- GALVÃO, Ana Maria de O.; BATISTA, Antônio Augusto G. O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em história. In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (orgs.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)*. Pelotas: Seivas, 2003.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil. *Historia de la Educación*, v. 28, p. 89-107, 2009.

Recebido em abril de 2013
Aprovado em junho de 2013